

# **CORPOS VI(R)ADOS NO ENSINO DE HISTÓRIA**

**PROF. ME. DAMIR WAGNER LOURET JUNIOR**

**ORIENTADOR: PROF. DR. APARECIDO FRANCISCO DOS REIS**

## **RESUMO**

Este trabalho delinea o recorte de uma pesquisa desenvolvida junto ao Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória, oferecido pela UEMS, Unidade de Campo Grande. O título da dissertação, *Corpos vi(r)ados no ensino de História*, expressa a abordagem que se pretende, ligada ao ensino de História e às relações dissidentes de sexualidade. O objetivo geral consiste em pesquisar, analisar e descrever o contorno do movimento LGBTI+, em suas diversas fases, a partir de sua organização e resistência no período da ditadura civil-militar. Uma abordagem metodológica qualitativa foi utilizada para realizar essas investigações. O estudo proposto foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Este trabalho contribui para ampliar o debate sobre as questões de gênero e sexualidade no ensino de História, destacando a importância de uma educação inclusiva e respeitosa com a diversidade. É fundamental que educadores estejam preparados para abordar essas temáticas de forma sensível e consciente, promovendo a transformação social e o respeito aos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Sexualidades; Dissidentes; Movimento LGBTI+.

## **INTRODUÇÃO**

### **Janela sobre o corpo**

A igreja diz: o corpo é uma culpa.

A ciência diz: o corpo é uma máquina.

A publicidade diz: o corpo é um negócio.

O corpo diz: eu sou uma festa.

(GALEANO, 1994).

Este artigo delinea os contornos de uma pesquisa desenvolvida junto ao Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória, oferecido pela UEMS, Unidade de Campo Grande, tendo a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Maria Foster Silvestre como orientadora. Por hora, será apresentado um recorte para fins de conclusão do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O título da dissertação, *Corpos vi(r)ados no ensino de História*, expressa a abordagem que se pretende, ligada ao ensino de História e às relações dissidentes de sexualidade, aludindo à constituição histórica da normatividade heterossexual e sua validação no espaço escolar.

## Objetivo Geral

- Pesquisar, analisar e descrever o contorno do movimento LGBTI+, em suas diversas fases, a partir de sua organização e resistência no período da ditadura civil-militar, posteriormente sua agência na assembleia constituinte (1987/1988), como a expressão desse movimento se traduz na Constituição brasileira de 1988.

## Objetivo Específico

- Delinear aspectos de uma matriz conservadora presentes no contexto da ditadura civil-militar e demonstrar a relação com discursos e práticas que emergiram atualmente e buscam questionar os avanços sobre as questões sobre gênero e sexualidade na educação.

## Justificativa

A escola é um espaço proveitoso para a construção de conhecimento crítico, onde se formam e transformam sujeitos, identidades e corpos. Contudo, lógicas e relações de poder estão presentes na complexa dinâmica escolar. Tensões sociais também se apresentam e influenciam as relações como um todo. O mundo social da escola se constitui das características sociais e históricas dos contextos em que ela está inserida. E por isso, infelizmente o ambiente escolar se torna violento para muitas pessoas como por exemplo as que se expressam de formas dissidentes às normas de gênero e à matriz heterossexual. Ou seja, os corpos que se viram para as normas e tentam se expressar de formas plurais e diversas acabam por vivenciar situações de violência no ambiente escolar. Nesse sentido, observamos que:

Hoje, as chamadas “minorias” sexuais estão muito mais visíveis e, conseqüentemente, torna-se mais explícita e acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores. A dominação que lhe é atribuída parece, contudo, bastante imprópria. Como afirma em seu editorial a revista *La Gandhi Argentina* (1998), “as minorias nunca poderiam se traduzir como uma inferioridade numérica, mas sim como maiorias silenciosas que, ao se politizar, convertem o gueto em território e o estigma em orgulho – gay, étnico, de gênero”. Sua visibilidade tem efeitos contraditórios: por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais; por outro, setores tradicionais renovam seus ataques, realizando desde campanhas de retomadas de valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física. (LOURO, 2021, p. 26).

Foi neste cenário de violência nas escolas, de luta e resistência do movimento LGBTI+, de lacunas nas discussões na formação inicial e de caminhos ainda em processos

iniciais de construção na pós-graduação, que entendi que esta pesquisa pudesse trazer contribuições no âmbito do ensino de História.

Dentro de um quadro social geral nacional, podemos apontar uma triste realidade: as pessoas LGBTI+ que escapam das normatizações de gênero e da matriz heterossexual, estão sujeitas a diversas formas de violências apenas por se expressarem a partir da diferença.

O Grupo Gay da Bahia, instituição reconhecida por suas lutas contra a LGBTfobia, há 40 anos se esforça em coletar e sistematizar os dados sobre violências contra a população LGBTI+. De acordo com o Relatório Anual de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil, divulgado em 2020 referente ao ano de 2019, em “2019, 329 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia: 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%)” (OLIVEIRA, 2020, p. 12).

Para pensar esses números de outra forma, o mesmo relatório apresenta que (2020, p. 13):

A cada 26 horas um LGBT+ é assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde persiste a pena de morte contra tal seguimento. Mais da metade dos LGBT assassinados no mundo ocorrem no Brasil. (OLIVEIRA, 2020, p. 13).

Esses registros apontam para os casos de mortes violentas que representam apenas a ponta de um gigante iceberg. A violência contra a população LGBTI+ está para além dos casos registrados como mortes violentas e se manifestam de várias maneiras e, também, no ambiente escolar.

Na escola, parte dessa violência se apresenta pelo esforço da legitimação de elementos da heteronormatividade. Sobre esse conceito, Jaqueline Gomes de Jesus apresenta a seguinte definição em seu livro “Homofobia: identificar e prevenir”:

[...] heterossexualidade compulsória, também denominada “heteronormatividade”, pode ser definido como a crença na heterossexualidade como característica do ser humano “normal”. Desse modo, qualquer pessoa que saia desse padrão sexual é considerada fora da norma, o que justificaria sua marginalização. (JESUS, 2015, p. 72).

A instituição da heteronormatividade nas escolas provoca uma série de violências que afeta corpos/pessoas que têm suas expressões consideradas desajustadas de suas normas. Berenice Bento chama atenção para aquilo que ela entende como heteroterrorismo. “As

reiteraões que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica” (BENTO, 2011, p. 552).

Apesar de os parâmetros da heteronormatividade estarem impregnados na estrutura escolar, experiências dissidentes questionam sua efetividade e tencionam as normas. “Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas” (BENTO, 2011, p. 551).

Apesar dos sujeitos e sujeitas dissidentes às normas da heteronormatividade possuírem suas garantias de direitos como cidadãos, a “possibilidade de se reivindicarem direitos humanos se restringe a um grupo muito reduzido de sujeitos que têm atributos que o lançam ao topo da hierarquia: são heterossexuais, brancos, homens masculinos, membros da elite econômica/intelectual/política” (BENTO, 2011, p. 554).

Desenvolver pesquisas, materiais, produtos, sobre as relações dissidentes de gênero e sexualidade é uma possibilidade urgente para o ensino de História que precisa acompanhar uma problematização necessária sobre a construção das concepções de direitos humanos.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

De acordo com o historiador José D’Assunção Barros, podemos pensar a metodologia da seguinte forma:

[...] a "metodologia" remete a uma determinada maneira de trabalhar algo, de eger ou constituir materiais, de extrair algo destes materiais, de se movimentar sistematicamente em torno do tema definido pelo pesquisador. A metodologia vincula-se a ações concretas, dirigidas à resolução de um problema; mais do que ao pensamento, remete à ação. [...] a "metodologia" refere-se a um "modo de fazer". (BARROS, 2015, p. 80).

Perceber a metodologia nesse sentido nos direciona a pensar algumas questões. Por exemplo: Como fazer a pesquisa proposta? Quais as fontes? Quais as abordagens? Quais as questões/problemáticas que motivam o estudo?

Um dos questionamentos gerais que motivaram o desenvolvimento desta pesquisa foi: Qual a relação do ensino de História com as discussões sobre sexualidade? A partir de uma primeira aproximação teórica, percebe-se, aqui, a relação entre as discussões sobre sexualidade e gênero, que nessa pesquisa ganhará predominância pertinentes à sexualidade.

As questões mais específicas se apresentam da seguinte forma: como foi o processo de resistência e enfrentamento do movimento LGBTI+ durante o período da ditadura civil-militar? Quais as possibilidades e caminhos possíveis dentro do ensino de História que possam contribuir com uma educação que valorize as diversidades de gênero e sexualidade?

Foi adotada uma abordagem metodológica de cunho qualitativo para a presente pesquisa, cujo objetivo consistiu em desvendar as possíveis etiologias de um fenômeno específico (ROSA, 2015). Concretamente, o estudo em questão se valeu da pesquisa bibliográfica e documental como suportes empíricos. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, é indispensável para estudos históricos, uma vez que, através de fontes bibliográficas é que se pode conhecer fatos passados (GIL, 2002).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a pesquisa bibliográfica foi construída a partir de um levantamento de textos que contribuíram com as discussões do trabalho. Foram utilizadas para a construção desse levantamento a busca de fontes que discutem conceitos e seus desdobramentos que foram utilizados como ferramenta de pesquisa.

Algumas fontes documentais históricas foram utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa. Destacam-se alguns jornais da época da ditadura civil-militar, que foram acessados através de acervos digitais que possibilitaram a análise.

## **O MOVIMENTO LGBTI+ E CORPOS (RE)VIRADOS PELA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA**

Ao refletirmos sobre as questões específicas relacionadas a sexualidade e o ensino de História, é importante situar este debate no campo da história do movimento LGBTI+ no Brasil, com foco especial no período de resistência à ditadura civil-militar que se iniciou em 1964. Essa caminhada histórica pretende estabelecer uma correlação entre a agência do movimento LGBTI+ brasileiro e o surgimento das abordagens sobre as questões de gênero e sexualidade na educação básica. Além de delinear aspectos de uma matriz conservadora presentes no contexto da ditadura civil-militar que também atualmente estão visíveis em discursos e práticas sobre o tema.

Parto da premissa, como fato inegável, que pessoas que expressam sexualidades dissidentes às normas de gênero e sexualidade, que aqui estamos nomeando como corpos vi(r)ados, existiram e resistiram de diferentes formas ao longo da história do Brasil. Contudo, gostaria de chamar a atenção para alguns eventos que marcaram a trajetória do, hoje,

denominado movimento LGBTI+ brasileiro, no contexto do regime autoritário no Brasil que se iniciou após o golpe de 1964.

No momento contemporâneo da política brasileira, nos deparamos com as diferentes formas de expressão de ódio e extermínio de coletivos e indivíduos que foram colocados como os inimigos de uma pretensa humanidade branca, masculina, patriarcal, burguesa/ocidental e cis-gênero<sup>1</sup>. Diante deste cenário, grupos conservadores têm utilizado alguns temas centrais para se promoverem como defensores da moral e dos bons costumes. Dizem sobre a defesa das tradições, da proteção da família e dos valores religiosos cristãos para seduzir muitas pessoas, além também para atacar outras tantas pessoas. Dessas tantas, observamos o ódio sendo direcionado para as pessoas de comunidades tradicionais quilombolas, indígenas, de religiões de matriz africana, para mulheres, para pessoas LGBTI+, entre outras. Esses discursos têm conquistado apoio popular e difundido agenda políticas que elegeram muitos representantes políticos.

“Deus, pátria e família”: Esse slogan, utilizado com intensidade nas últimas campanhas eleitorais, absorvido por parte da população como quase uma palavra de ordem e usado em diversos ataques também contra a democracia, lembra outros que marcaram o ano de 1964. A exemplo disso, podemos mencionar o slogan escolhido para denominar uma manifestação que aconteceu em 19 de março daquele ano, em São Paulo, contra o governo de João Goulart. Movimento que ficou conhecido como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Essa manifestação se tornou um marco por anteceder em alguns dias o golpe civil-militar que se concretizou em 31 de março de 1964. Essas aproximações (coincidências ou inspirações?) entre presente e passado chamam a atenção, principalmente com a insistência em discursos sobre a moral e os bons costumes.

O discurso sobre a moral e os bons costumes impulsionou a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” e também teve uma função ideológica muito importante no início do golpe de 1964 e nos mais de 20 anos que se arrastaram pelo regime autoritário.

Nesse sentido pode-se notar que:

A retórica moralidade pública de bons costumes foi central na construção da estrutura ideológica que deu sustentação à ditadura de 1964. A defesa das tradições, a proteção da família, o cultivo dos valores religiosos cristãos foram todos, a um só tempo, motes que animaram uma verdadeira cruzada repressiva contra setores

---

<sup>1</sup> Se refere a indivíduos que se identificam plenamente com seus gêneros biológicos. Para uma revisão a respeito da temática, acessar: (Trans) tornando a norma cisgênera e seus derivados. F.C. Silva, E .M. F. Souza, M. A. Bezerra. Revista Estudos Feministas, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254397>. Acesso em 25 de Novembro de 2022.

classificados como indesejáveis e considerados ameaçadores à ordem moral e sexual então vigente. (QUINALHA, 2018, p. 23).

Direcionando a atenção para as questões sobre sexualidades dissidentes sobre o período pontuado, Renan Quinalha considera que “se pode falar em uma ditadura heteromilitar, em que houve uma política sexual oficializada e institucionalizada para controlar manifestações tidas como “perversões” ou “desvios”, tais como o erotismo, a pornografia, as homossexualidades e as transgeneridades” (2018, p. 31).

É possível pensar em uma política sexual durante a ditadura em razão das ações direcionadas para as pessoas que foram reprimidas por conta das expressões de suas sexualidades dissidentes. Essa possibilidade se materializou, por exemplo, nas discussões dos trabalhos das comissões que foram instituídas para investigar as graves violações de direitos humanos que ocorreram durante o período da ditadura civil-militar.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva e também a Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio) são exemplos importantes de como foi possível abordar a questão da repressão e violação dos direitos humanos contra os corpos que foram considerados um risco para a moral e os bons costumes, defendidos pelos representantes do regime autoritário e também por parcela da sociedade civil.

No estado de São Paulo, essa discussão aconteceu de forma pioneira e foi consolidada em um capítulo específico<sup>2</sup> no relatório de sua comissão. Esse capítulo ressalta que:

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” foi pioneira na proposta de apurar as violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura brasileira contra a população de lésbicas, gays, transexuais e transgêneros (LGBT), bem como na tentativa de compreender as formas de resistência que a organização ainda incipiente do movimento LGBT empreendeu nesse momento. (SÃO PAULO, 2015, não paginado).

Antes de compor o relatório final, o tema foi proposto e discutido em audiências públicas que representam os passos iniciais sobre a discussão da temática de uma forma mais institucionalizada. Em São Paulo, a 98ª audiência pública realizada em 26 de novembro de 2013 foi a primeira dedicada exclusivamente ao tema. Esse momento representa um marco inicial e que resultou na organização de uma segunda audiência pública que foi realizada em

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html>. Acesso em 05 de Março de 2023.

parceria entre a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo.

A realização da segunda audiência em questão, em uma data simbólica, reveste-se de especial significado, uma vez que ocorreu no final de semana que marcou o cinquentenário do início do golpe civil-militar. Em 29 de março de 2014, teve lugar o encontro intitulado "Homossexualidades e a ditadura no Brasil", cujas discussões e deliberações revelaram-se profundas e relevantes. Conforme salienta Quinalha (2018, pg. 16), “selou-se ali, naquele momento, uma espécie de acordo no sentido de que a história, até então oficialmente invisibilizada, viria à tona com o relatório final destas comissões”.

No relatório da Comissão Nacional da Verdade, um capítulo também foi escrito de forma exclusiva sobre o tema. No volume II, dedicado aos textos temáticos, o capítulo denominado “Ditadura e homossexualidades” foi o espaço destinado para a discussão sobre a questão. O reconhecimento da relação entre as ações do Estado e a repressão contra as pessoas consideradas imorais por conta de suas sexualidades aparece ao longo do capítulo, como por exemplo, da seguinte forma:

Não houve uma política de Estado formalizada e tão coerente no sentido de exterminar os homossexuais, a exemplo de como existia uma campanha anunciada e dirigida para a eliminação da luta armada com repressão de outros setores da oposição ao longo dos anos da ditadura. Porém, também é muito evidente que houve uma ideologia que justificava o golpe, o regime autoritário, a cassação de direitos democráticos e outras violências, a partir de uma razão de Estado e em nome de valores conservadores ligados à doutrina da segurança nacional. Essa ideologia continha claramente uma perspectiva homofóbica, que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão. Acentuou-se, portanto, assumida agora como visão de Estado, a representação do homossexual como nocivo, perigoso e contrário à família, à moral prevalente e aos “bons costumes”. Essa visão legitimava a violência direta contra as pessoas LGBT, as violações de seu direito ao trabalho, seu modo de viver e de socializar, a censura de ideias e das artes que ofereciam uma percepção mais aberta sobre a homossexualidade e a proibição de qualquer organização política desses setores. (BRASIL, 2014, p. 301).

Apesar de não ter sido estruturada institucionalmente como uma política repressiva específica contra as pessoas LGBTI+, a violência e repressão da ditadura chegava a esse público através das ações em nome da defesa da “moral e dos bons costumes” (QUINALHA, 2018). As ideias conservadoras sobre a sexualidade que já estavam presentes na sociedade brasileira, encontraram no regime ditatorial condições de serem diluídas de diversas maneiras que tornam as pessoas LGBTI+ alvos.

O trabalho da Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio) também conseguiu identificar e apontar essas características no seu relatório. Nesse sentido, ele destaca que:



As mesmas forças policiais e militares que a ditadura militar empregou no Rio de Janeiro para reprimir os seus opositores continuavam, após o golpe de 1964, a patrulhar da cidade do Rio de Janeiro para conservar a “moral e os bons costumes” nas praças públicas e nas ruas no centro da cidade. As pessoas que frequentavam a Cinelândia, que desde os anos 30 era um importante espaço de sociabilidade de gays e lésbicas, enfrentavam um policiamento constante. Homens que usavam um pouco de maquiagem, calças apertadas, roupa masculina com cortes femininos ou cabelo comprido e penteado de uma forma feminil sofriam agressões e prisões arbitrárias. (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 152).

As informações destacadas nos relatórios das Comissões da Verdade que foram citadas anteriormente, contribuem para desconstruir argumentos de que o período da ditadura teria sido de certa forma tolerante com as pessoas que buscavam se expressar, de maneiras dissidentes, suas sexualidades. Pelo contrário, esse tipo de argumentação não se sustenta mais.

Apesar de ser ainda um tema que possa passar despercebido quando o assunto é o período da ditadura civil-militar no Brasil, fica evidente a relação entre as ações do Estado para garantir a moral e os bons costumes e a perseguição contra as pessoas que eram consideradas desviantes por conta de suas sexualidades. Nesse sentido,

[...] qualquer análise que pretenda explorar os contornos e contradições da política sexual implementada pela ditadura brasileira passa pelo reconhecimento da centralidade da moralidade conservadora na ordenação do regime e pelo exame da complexa e multifacetada estrutura repressiva, bem como pelas resistências social e cultural que se articularam em oposição ao controle autoritário. (QUINALHA, 2018, p. 22).

Uma política sexual pode ser notada dentro das práticas autoritárias do Estado a partir de uma aproximação com a questão moral. A retórica moralidade pública e dos bons costumes apresentou perfeita harmonia histórica com o discurso anticomunista de criação de um “inimigo interno” dentro de um contexto marcado por um desejo de uma parcela conservadora da sociedade pela preservação da família e dos valores cristãos. Dessa forma, a Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida ao longo da ditadura, associou a “homossexualidade a uma forma de degeneração e de corrupção da juventude” (QUINALHA, 2018, pg. 22)

Durante o período do golpe civil-militar, os Atos Institucionais foram utilizados como ferramentas legais que estabeleceram uma conexão estrutural entre as questões morais e políticas no regime autoritário. O primeiro desses atos, o AI-1<sup>3</sup>, de abril de 1964, já evidenciava que o movimento buscava a "reconstrução econômica, financeira, política e

---

<sup>3</sup> BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm)>. Acesso em: 19 Março de 2023.

moral do Brasil". Em outubro de 1965, o AI-2<sup>4</sup> retomava a propaganda de que o movimento tinha um caráter "revolucionário" e que tinha como missão reverter a situação anterior de um "Governo que afundava o País na corrupção e subversão". Finalmente, o AI-3<sup>5</sup>, de fevereiro de 1966, destacava, em seu preâmbulo, a necessidade de "preservar a tranquilidade e a harmonia política e social do País".

O AI-5<sup>6</sup> foi considerado o ato mais duro do regime autoritário. Seu preâmbulo menciona a necessidade de preservação de uma ordem democrática baseada na liberdade e no respeito à dignidade humana, e também a luta contra a corrupção e as ideologias contrárias às tradições do país. Além disso, destaca a adoção de medidas para evitar que ideais superiores da Revolução sejam frustrados, a fim de preservar a ordem, segurança, tranquilidade, desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país, que estavam comprometidos pelos processos subversivos e de guerra revolucionária.

O AI-5 é considerado um momento em que a liberdade é atacada através de ações legais do Estado. Esse ato suspendeu a garantia do *habeas corpus* para certos crimes e concedeu ao Presidente da República o poder de decretar estado de sítio sem limites constitucionais, intervenção federal, suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de quaisquer direitos públicos ou privados, cassação de mandatos eletivos e recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores. Além disso, os atos praticados de acordo com as normas do AI-5 e Atos Complementares decorrentes não poderiam ser apreciados judicialmente. Outras medidas também foram tomadas pelo AI-5.

Esses breves trechos dos textos de alguns Atos Institucionais são importantes para entendermos a relação entre a moralidade e as diretrizes do regime civil-militar. A frequente utilização de termos como "ordem", "subversão" e "moral" nos documentos oficiais reflete essa relação e ajuda a explicar como o aparato repressivo perseguiu e violentou aqueles que não se encaixavam na nova ordem estabelecida pelo autoritarismo. A questão da sexualidade também foi incorporada à política de Estado, a partir de uma perspectiva moral.

Travestis, prostitutas e homossexuais presentes nos cada vez mais inchados guetos urbanos eram também uma presença incômoda para os que cultivavam os valores tradicionais da família brasileira. Por essa razão, passaram a ser perseguidos, presos arbitrariamente, extorquidos e torturados pelo fato de ostentarem, em seus corpos, os

---

<sup>4</sup> BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-02-65.htm)>. Acesso em: 19 Março de 2023

<sup>5</sup> BRASIL. Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/AIT/ait-03-66.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-03-66.htm)>. Acesso em: 19 Março de 2023

<sup>6</sup> BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 19 Março de 2023

sinais de sexualidade ou identidade de gênero dissidentes. Editores e jornalistas que se dedicavam aos veículos da imprensa gay foram indicados, processados e tiveram suas vidas devastadas, muitas vezes com o apoio do sistema de justiça, porque tematizavam e mostravam as homossexualidades fora dos padrões de estigmatização e ridicularização que predominavam até então. Estes exemplos apontam como as questões comportamentais tornaram-se objeto também da razão do Estado. A sexualidade passou a ser tema de segurança nacional para os militares. Os desejos e afetos foram alvo do peso de um regime autoritário com pretensão de sanear moralmente a sociedade e criar uma nova subjetividade. (QUINALHA, 2018, p. 31).

Durante a ditadura civil-militar, a questão da sexualidade foi considerada uma questão de segurança nacional. Mesmo que a homossexualidade não fosse considerada um crime no Código Penal brasileiro, um instrumento jurídico foi utilizado para legitimar uma política sexual violenta e preconceituosa contra as dissidências sexuais. A Lei das Contravenções Penais, conhecida como Lei da Vadiagem, previa a prisão simples de quinze dias a três meses para quem se entregasse habitualmente à ociosidade sem ter renda suficiente para subsistência ou obtivesse subsistência por meio de ocupação ilícita (BRASIL, Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941). Essa lei foi usada para perseguir a população LGBTI+, além de outros grupos sociais, durante a ditadura.

Durante a ditadura civil-militar, a Lei da Vadiagem, criada na década de 40, foi utilizada como uma ferramenta legal para dar poder à polícia de prender pessoas de acordo com seus próprios critérios e interesses. Isso pode ser observado em uma série de operações realizadas em São Paulo.

Em 1976, a Polícia Civil de São Paulo designou uma equipe especial chefiada pelo delegado Guido Fonseca para realizar um estudo de criminologia sobre as travestis e a contravenção penal de vadiagem na região do 4º Distrito Policial – Consolação. Entre 14 de dezembro de 1976 e 21 de julho de 1977, 460 travestis foram sindicadas para o estudo, sendo lavrados 62 flagrantes, contabilizando 13,5% do total. O resultado mostrou que 398 travestis foram importunadas com interrogatório sem serem vadias e obrigadas a demonstrar comprovação de renda com mais exigências que a população [...]. (OCANHA, 2008, p. 80).

Na década de 80, José Wilson Richetti, um militar, ganhou notoriedade por suas ações repressivas contra as sexualidades dissidentes no centro de São Paulo. Richetti assumiu a Delegacia Seccional Centro em maio de 1980, responsável por delegacias na área central da cidade. O autor Ocanha (2008, p. 80) destaca esse fato.

Dois dias depois de sua posse, em 22 de maio de 1980, foi anunciada a Operação Cidade. Um tipo de operação de rondas, também chamada de rondão, em que são realizadas blitz inesperadas em lugares considerados suspeitos. Esta operação tinha o objetivo de prender assaltantes e traficantes de drogas que frequentavam o centro da cidade de São Paulo. Era composta por 20 delegados e 100 investigadores, que

atuavam 24 horas por dia. A operação durou somente um dia e teve seu resultado anunciado pela Folha de S. Paulo: 172 presos segundo o delegado Richetti: “homossexuais, prostitutas, travestis e um indivíduo com posse ilegal de arma”. Além disso, um hotel foi totalmente destruído pelos policiais, e Richetti justificou: “Vou provar que o dono do Hotel é um bandido, vou processá-lo por corrupção de menores, aquele hotel é um cortiço, um antro de homossexuais.

Essa passagem anteriormente destacada demonstra, na prática, como a instrumentalização legal era usada para direcionar ações violentas e arbitrárias contra aqueles considerados "moralmente indesejáveis". Os crimes cometidos contra pessoas homossexuais, prostitutas e travestis ficaram ainda mais evidentes em outro momento, quando a operação mudou de nome.

Em 27 de maio, Richetti muda o nome para Operação Limpeza, e mais de 700 pessoas são presas. A maioria era prostitutas, travestis e homossexuais, segundo a Folha de S. Paulo. Richetti, afirmou à época que não pararia enquanto não limpasse o centro da cidade e citou o suposto envolvimento de travestis e prostitutas com traficantes e marginais para justificar as prisões. [...] No dia 31 de maio, a Secretaria de Segurança Pública emitiu uma nota oficial sobre as operações policiais: “Delegado Richetti é o comandante de uma guerra sem quartel em toda a área central da cidade, não esperando a queixa do cidadão se apresentar, mais indo nos locais suspeitos ou sabidamente condenáveis [...]. A nota tinha o caráter de legitimar a autoridade do delegado perante a população, e também acirrava o clima de medo, pois foi um sinal de que as operações policiais não tinham data para acabar”. (OCANHA, 2008, p, 83).

A alteração do nome da operação é altamente simbólica e significativa, pois evidencia um processo de limpeza e higienização dentro da política sexual que buscou controlar as sexualidades dissidentes. Outra característica destacada nas operações é a presença frequente da população travesti nos relatos sobre as abordagens policiais, aparecendo como um alvo constante. Embora as travestis tenham composto “[...] a linha de frente na resistência aos preconceitos, às discriminações sociais e ao abuso policial, são costumeiramente invisibilizadas em grande parte das narrativas dissidentes que versam sobre o período da ditadura militar” (VIEIRA; FRACCAROLI, 2018, p. 360).

Em um presente em que o Brasil mantém o triste recorde de liderar as estatísticas de violência contra pessoas trans, o passado pode nos ajudar a compreender a realidade atual e também pode servir como um espaço para resgatar narrativas importantes que contribuam para a construção de um futuro melhor. Por isso, é fundamental “refletir sobre a pluralidade de experiências vivenciadas pelos sujeitos dissidentes e destacar o importante papel político na resistência protagonizada pelas travestis” (VIEIRA; FRACCAROLI, 2018, p. 362).

As dissidências sexuais, especialmente travestis e homossexuais com expressões mais afeminadas, foram alvos de perseguição direcionada, em parte devido à fundamentação moral

cristã que moldava a ideologia sobre as sexualidades, tornando-as objetos de regulação nos espaços públicos.

Assim, podemos entender em partes as razões pelas quais os “invertidos sexuais” mais afeminados eram os principais alvos de controle ao exporem explicitamente em seus corpos e performances a subversão aos rígidos códigos de moralidade da época, baseados em um ideal de virilidade. (VIEIRA; FRACCAROLI, 2018, p. 363).

Mesmo diante da forte repressão organizada pelos aparatos policiais de um Estado civil-militar, as travestis desempenharam um papel político crucial ao resistirem de forma ativa e estratégica. Sua resistência era percebida na forma como agenciavam seu comportamento no contexto em que viviam, por exemplo:

[...] o estabelecimento de uma performatividade como homossexual efeminado, que apesar dos desvios, seguia mais proximamente aos códigos de vestimenta e comportamento da época, limitando sua performance feminina e gerenciando seu desejo de ser mulher com as condições econômicas e as necessidades [...]. (VIEIRA; FRACCAROLI, 2018, p. 373).

Administrar a imagem pessoal dessa maneira, em um contexto marcado pela regulação dos corpos e suas sexualidades, foi uma forma de resistir e existir. Diante das práticas de violência policial, homossexuais, travestis e lésbicas usavam taticamente a agência de seus corpos.

As lésbicas, por seu potencial revolucionário de subverter a heterossexualidade compulsória imposta pelo contexto, também vivenciaram situações de violência e repressão. Entre essas situações, é importante destacar:

O mesmo aparato policial, fez uma operação de prisão das lésbicas que estavam nos bares Cachação, Ferro's Bar e Bixiguinha, que foram levadas com o argumento: “você é sapatão”. Encaminhadas para a 4ª delegacia de polícia, foi constatado que os policiais recebiam dinheiro para libera-las, e as que não pudessem pagar lá permaneciam. (FERNANDES, 2018, p. 99).

O texto refere-se a uma operação ocorrida em São Paulo, em 1980, como parte de uma série de operações lideradas pelo delegado José Wilson Richetti, que, ao assumir o controle de delegacias da região central da cidade, usou o aparato policial para promover uma onda de prisões arbitrárias contra travestis, homossexuais e lésbicas. As operações organizadas por Richetti caracterizaram-se pela perseguição às dissidências sexuais e expressaram aspectos da política sexual durante a ditadura civil-militar. A limpeza e higienização moral que o delegado buscava por meio do aparato policial gerou inúmeras ações de resistência.

Um momento de grandiosidade em que as resistências insurgentes alçaram-se a um patamar de elevada importância ao protestar e denunciar os abusos perpetrados pelas forças policiais no território paulistano, ocorreu no dia 13 de junho de 1980. No tocante a esse ápice histórico, Marisa Fernandes elucidou o seguinte aspecto:

Grupos homossexuais organizados, o Movimento Negro Unificado e coletivos feministas divulgaram uma carta aberta à população repudiando essa violência e chamando todos para um Ato Público no dia 13 de junho na frente do Teatro Municipal. Não estava previsto, mas no final do Ato, saiu uma passeata pelo centro da cidade. As lésbicas se colocaram na frente da passeata, de braços dados formando uma barreira e carregavam duas faixas: PELO PRAZER LÉSBICO e CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIA. Esse evento político se configurou como a primeira passeata LGBT da cidade de São Paulo. (FERNANDES, 2018, p. 98).

A relevância desse momento para a história do movimento LGBTI+ é interessante ao ponto de ser mencionado como a primeira passeata LGBT da cidade de São Paulo. A composição das palavras de ordem entoadas ao longo da passeata evidencia o encontro de diversas pessoas representando uma pluralidade de grupos que refletem a diversidade sexual. É possível observar essa diversidade na imagem abaixo, que registrou esse importante momento histórico.

**Figura 1:** Ato Público no dia 13 de junho de 1980, que ficou conhecido como a primeira passeata LGBT da cidade de São Paulo.



Fonte: Arquivo digital retirado do jornal A verdade.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Disponível em: <https://averdade.org.br/2020/06/a-resistencia-da-populacao-lgbt-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 03 de Abril de 2023.

Edward Macrae (2018) apresenta algumas dessas palavras entoadas ao longo da manifestação. Sendo elas:

Arroz, feijão, abaixo a repressão. Amor, tesão, abaixo o camburão; O gay unido jamais será vencido; ABX, libertem os travestis; Lutar, vencer, mais amor e mais prazer; O Arouche é nosso; Abaixo o subemprego, mais trabalho para os negros; Um, dois, três, Richetti no xadrez; Richetti enrustida, deixa em paz a nossa vida; Ada, ada, ada, Richetti é despeitada; Richetti é louca, ela dorme de touca; Au, au, au, nós queremos muito pau; Agora, já, queremos é fechar; Um, dois, três, quatro, cinco, mil Queremos que o Richetti vá prá fora do Brasil; Homem com homem, mulher com mulher. Bicha com bicha, Richetti não quer; Libertem nossas bichas; Libertem os travestis; Nós somos as bichinhas do SOMOS levando a vida a militar, de tarde nós discutimos à noite vamos panfletar. (MACRAE, 2018, p. 291).

Apesar da perseguição e repressão, os desejos resistiram ao rígido controle de uma política sexual, escapando ao domínio do Estado e encontrando formas dissidentes de se expressar, em contraposição à moral extremamente baseada na ideologia cristã. As palavras de ordem entoadas durante a passeata carregam em si a expressão dessa diversidade de grupos que se uniram para lutar por seus direitos.

De acordo com a pesquisa de Ocanha (2008) sobre esse momento histórico, devido à dimensão do ato, a polícia acompanhou de perto o evento e chegou a apreender uma cópia da carta que anunciava a passeata. Através disso, foram identificados 12 grupos participantes, como destacado a seguir:

Grupo SOMOS de Afirmação Homossexual; Movimento Negro Unificado; Ação Lésbica-Feminista; Núcleo de Defesa à Prostituta; Associação de Mulheres; Grupo Feminino 8 de Março; Convergência Socialista; Grupo de Mulheres do Jornal O Trabalho; Departamento Feminino da USP – DCE Livre; Grupo Eros; Ação Homossexualista; e Nós Mulheres. (OCANHA, 2008, p. 84).

As informações sobre esse ato político e sobre os grupos e pessoas que participaram revelam as ações do então chamado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB).

Os anos finais da década de 1970 e o início da década de 1980 foram marcados pelo surgimento de diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil que buscavam recuperar as liberdades em várias áreas que haviam sido suprimidas ao longo do duradouro regime civil-militar. Esse processo acompanhou o movimento de progressiva redemocratização no Brasil. A insatisfação de vários setores da sociedade com a ditadura civil-militar encontrou expressão no movimento conhecido como “Diretas Já”, que se tornou um movimento político a partir de 1983 e seguiu até 1985, centrando sua pauta na retomada das eleições presidenciais diretas. Os vários comícios das “Diretas Já” realizados durante esse

período e em várias regiões do país reuniram milhares de pessoas e unificaram a oposição ao regime ditatorial.

No contexto da retomada gradual da democracia brasileira, a resistência dos corpos dissidentes que enfrentaram o rígido controle dos desejos e afetos durante a regulação moral civil-militar, permitiu o surgimento do "movimento homossexual brasileiro" com características institucionais. Assim, o ano de 1978 é considerado um marco fundamental na história do MHB, tendo como expoentes o jornal *Lampião da Esquina* e o grupo SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual.

Antes da guinada histórica do Surgimento do Somos (acoplado à criação do jornal *Lampião de Esquina*) homossexuais só existiam publicamente nos relatos policiais e na crônica midiática mais restrita, como motivo de perseguição, calúnia, humilhação e ataque moralista. (TREVISAN, 2018, p. 149)

A sociabilidade LGBTI+ se desviava das normatizações estatais e gerava aproximações que resultavam em propostas de institucionalização de ideias, resistência e projetos. Segundo João Silvério Trevisan, fundador do grupo SOMOS, "desde sua fundação em 1978, antes mesmo de ser batizado como SOMOS, o projeto básico do primeiro grupo ativista brasileiro na área LGBT implicava propostas muito contundentes" (2018, p. 137). A sexualidade era percebida como um campo em disputa e que precisava ser disputado. Portanto,

O então incipiente grupo buscava contestar a própria questão do poder, ciente de que nossa sexualidade (nossa terra de ninguém) estava sofrendo um controle social inerente a qualquer forma de poder disputado e conquistado. [...] Queríamos ser plenamente responsáveis por nossa sexualidade, sem ninguém falando em nosso nome. E, na época, isso não era pouco. (TREVISAN, 2018, p. 138)

O grupo tinha como objetivo a busca pela liberdade de existir e ser o que se desejava ser. De acordo com João Silvério Trevisan, fundador do grupo SOMOS, "A elaboração do seu projeto político era ambiciosa a começar pelo nome: altaneiro, propositivo e abrangente, reivindicando nosso direito de sermos o que éramos" (TREVISAN, 2018, p. 138). Para esclarecer sua atuação política, os objetivos do grupo eram resumidos em dois pilares:

A absoluta autonomia da nossa voz excluída e a solidariedade fundamental para que essa autonomia se consolidasse. Acredito que esses dois propósitos fundacionais até hoje podem servir de referência para o debate em segmentos sociais que lutam por sua liberdade e seu papel político na sociedade brasileira. (TREVISAN, 2018, p. 138)



Essa atuação política não estava descolada do contexto e buscava articulações para fortalecer também outros movimentos. James Green (2018), integrante do Grupo SOMOS aponta essa aproximação quando diz:

Formamos a Comissão de Homossexuais Pró-1º de Maio, que mobilizou 50 gays e lésbicas para participarem da passeata em favor da greve geral, que ocorreu em 1980, no ABC, quando Lula foi preso e enquadrado pela Lei de Segurança Nacional. Carreguei, junto com outros militantes, as duas faixas, agora famosas que afirmavam “Contra a Intervenção nos Sindicatos do ABC” e “Contra a Discriminação do/a Trabalhador/a Homossexual. (GREEN, 2018, p. 66)

O grupo SOMOS, em sua primeira experiência ativista, enfrentou diversos desafios e enfrentou divisões internas que acabaram por desgastar o grupo e contribuir para sua dissolução. No entanto, as sementes que foram plantadas e suas ações tornaram-se um marco na história do movimento LGBTI+.

A iniciativa de protestar contra a repressão policial nas ruas foi outro marco importante da primeira onda do movimento LGBT, buscando reivindicar o direito de ocupar os espaços urbanos. Além disso, a proposta de estabelecer conexões com os movimentos feminista e negro apontava para uma orientação em abraçar ideias feministas e uma agenda antirracista. Esses são legados importantes deixados pelo Grupo SOMOS para as gerações seguintes (GREEN, 2018).

Além do grupo SOMOS, outro destaque para o início do MHB foi o surgimento do *Lampião da Esquina*, um jornal que direcionou suas produções de acordo com seu ativismo explícito pelo movimento.

Ainda sob as agruras da ditadura militar, o aparecimento do *Lampião da Esquina* foi um marco na história editorial brasileira. O jornal é considerado o primeiro veículo de ampla circulação dirigido ao público homossexual. Ainda que outras publicações tenham surgido antes dele, todas feitas de forma artesanal, foi o *Lampião* que inaugurou um novo tempo na história da mídia impressa gay no Brasil. (RODRIGUES, 2018, p. 238)

Destaca-se que a criação do jornal *Lampião da Esquina* foi resultado de uma iniciativa internacional, mas a articulação com autores brasileiros possibilitou um diálogo coerente com o contexto e vivências do movimento homossexual brasileiro. Segundo Rodrigues (2018, p. 238), "o homossexual brasileiro, com suas múltiplas identidades, encontra no *Lampião da Esquina* seus semelhantes". Esse contexto de produção do jornal foi importante para a construção de uma identidade coletiva e para a disseminação de ideias e reivindicações do movimento LGBTI+ no Brasil.

Um grupo de intelectuais assumidamente homossexuais valendo-se do arrefecimento da repressão política brasileira, lançaram aquele que é considerado o primeiro veículo de ampla circulação dirigido ao público homossexual – o jornal *Lampião da Esquina*. A ideia do jornal surgiu a partir da visita ao Brasil do editor Winston Leyland, da Gay Sunshine Press, de São Francisco, Califórnia. Ele veio à procura de autores brasileiros para fazer uma antologia da literatura gay latino-americana. Pode-se dizer que o lançamento do jornal, em abril de 1978, fortaleceu a ação de alguns rapazes de São Paulo que organizavam um grupo que se tornaria responsável por consolidar o movimento homossexual no Brasil – o Grupo Somos. (RODRIGUES, 2018, p. 238)

O objetivo do jornal era alcançar a diversidade de corpos dissidentes através da publicação de uma ampla variedade de assuntos em suas edições. O *Lampião da Esquina* desenvolveu a proposta de criar uma consciência homossexual, assumir-se e ser aceito por meio de denúncias, opiniões e reportagens. Isso visava atingir a comunidade LGBT e promover a conscientização e a aceitação da diversidade sexual no Brasil. (RODRIGUES, 2018).

O jornal circulou ao longo dos anos de 1978 e 1981. Apesar do pouco tempo de atividade, seus produtores conseguiram organizar e publicar 38 edições. A imagem a seguir apresenta a capa de uma dessas edições.

**Figura 2:** Edição nº 13 de junho de 1979 do *Lampião da Esquina*.



Fonte: Acervo digital Grupo Dignidade (2022).<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 14 de Abril de 2023.

O jornal *Lampião da Esquina*, surgido durante o regime civil-militar, enfrentou não apenas as dificuldades de ser uma publicação assumidamente homossexual em um contexto opressivo, mas também a perseguição, repressão e tentativas de censura do Estado. De fato, o “jornal foi alvo de um inquérito policial que durou 12 meses. O possível crime: atentado à moral e aos bons costumes” (RODRIGUES, 2018, p. 241). Ainda assim, o *Lampião da Esquina* buscava atingir a diversidade de corpos dissidentes e criar uma consciência homossexual, assumindo-se e sendo aceito, através de denúncias, opiniões e reportagens. No entanto, outras dificuldades surgiram, como a falta de anunciantes e crises econômicas, que somadas às diferenças ideológicas internas, contribuíram para a dissolução do jornal em 1981.

No seu curto tempo de vida, o *Lampião* iluminou o caminho de várias pessoas que viviam à sombra de sua própria experiência. Foi importante para toda essa geração que pôde ver que não estava sozinha, que não era louca nem doente e que existia um outro lado, uma outra possibilidade identitária. (RODRIGUES, 2018, p. 243).

No mesmo ano que o *Lampião da Esquina* deixou de existir, outro importante jornal surge, dessa vez para dialogar com a comunidade lésbica, se tornando o primeiro jornal voltado para esse público no Brasil.

[...] 1981 foi impresso em gráfica, o primeiro jornal de lésbicas no Brasil, com o sugestivo e ousado nome *ChanacomChana*. [...] Em março de 1981, dentro do III Congresso da Mulher Paulista, o Grupo de Ação Lésbica Feminista-GALF lançou, em caráter experimental, o número zero do *ChanacomChana*, mas efetivamente, foi em janeiro de 1983 que o número um do Boletim foi publicado, existindo até o ano de 1987. O *ChanacomChana* foi um importante instrumento do movimento de lésbicas. A sua circulação alcançou nível nacional, proporcionando a quebra do isolamento, aproximando e informando lésbicas de todo o país. (FERNANDES, 2018, p. 99)

Após surgir como um jornal, o *Chana com Chana* transformou-se em um boletim, sempre dirigido especificamente às lésbicas. Foi um importante instrumento que potencializou o protagonismo e organização do movimento das lésbicas dentro de um contexto de disputas e reconhecimento até mesmo dentro do movimento LGBTI+. A imagem a seguir apresenta a capa do boletim número 11.

**Figura 3:** Capa CHANACOMCHANA.



Fonte: Acervo digital Bajubá.<sup>9</sup>

Destaca-se o surgimento pioneiro do Grupo Gay da Bahia como uma organização não governamental (ONG) para o movimento LGBTI+. Em sua reunião inaugural, em 29 de fevereiro de 1980, o grupo iniciou suas atividades e continua ativo até hoje. Luiz Mott, um dos fundadores, enfatiza que:

O Grupo Gay da Bahia não foi o primeiro, mas tornou-se o “decano”, o mais antigo grupo em funcionamento ininterrupto e com histórias inigualável dentro do movimento LGBT do Brasil e da América Latina. Foi a primeira ONG homossexual a ser registrada como sociedade civil e de utilidade pública municipal, liderou a fundamental campanha vitoriosa pela despatologização do “homossexualismo” no Brasil (1985), resgatou a biografia inédita de centenas de sodomitas luso-brasileiros perseguidos pela Inquisição e de outro tanto de lésbicas e trans Vios de nossa história, iniciou a prevenção da Aids junto à população gay, aos deficientes visuais e ao povo de santo nos candomblés, introduziu entre nós o termo homofobia e o uso feminino para se referir às travestis e transexuais, publicou dezenas de livros e centenas de artigos, folders e cartazes, mantém o maior banco de dados sobre assassinatos de LGBT+ do mundo, participou diretamente da fundação e capacitação de uma dezena de grupos e lideranças LGBT, é a ONG que mais ocupou e continua ativa na mídia nacional e internacional [...] (MOTT, 2018, p. 211)

Ao longo de mais de 40 anos de existência e atuação, o Grupo Gay da Bahia consolidou-se como uma referência na luta contra a homofobia em diversos aspectos. Entre suas ações notáveis, destaca-se o registro do lado mais sangrento da violência contra pessoas LGBTI+ no Brasil.

Ao todo temos documentadas 4046 mortes entre 1980-2017: um homicídio a cada 51 dias entre 1970-1979; subindo para 1 a cada 7 dias entre 1980-1989; 1 morte a

<sup>9</sup> Disponível em: <https://acervobajuba.com.br/>. Acesso em: 05 de Abril de 2023.

cada 3 dias entre 1990-1999; 1 a cada 2,5 dias entre 2000-2009 e entre 2010-2017, 1 morte a cada 1,1 dia. No [...] relatório de 2017, essa sangrenta estatística atingiu seu ápice de crueldade: 445 mortes, uma a cada 19 horas! (MOTT, 2018, p. 220).

Infelizmente, a LGBTfobia tem apresentado uma escalada assustadora nos casos de vítimas fatais, principalmente entre as pessoas trans no Brasil. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) tem se dedicado a denunciar essa situação por meio de ações e produção de dossiês anuais. O último dossiê, referente ao ano de 2021, destaca que houve pelo menos 140 assassinatos de pessoas trans, sendo 135 travestis e mulheres transexuais, e 5 casos de homens trans e pessoas transmasculinas.

Um dado alarmante é que o Brasil continua sendo o país que mais mata a população trans no mundo, posição que mantém há vários anos. O dossiê da ANTRA, por exemplo, destaca que em 2021, foram registrados pelo menos 140 assassinatos de pessoas trans no país, sendo 135 travestis e mulheres transexuais, além de 5 casos de homens trans e pessoas transmasculinas.

O ano de 2021 revelou ainda um aumento de 141% em relação a 2008, o ano que a ONG Transgender Europe (TGEU) inicia o monitoramento global e que apresentou o número mais baixo de casos relatados, saindo de 58 assassinatos em 2008 para 140 em 2021. De lá para cá, a cada ano, os números se mantêm ainda muito acima quando observamos o dado inicial de análise. Denunciando que, embora as oscilações métricas revelem uma aparente diminuição dos números mapeados por esta pesquisa no ano de 2021, isso não se reflete exatamente em uma queda na violência ou no número dos assassinatos contra pessoas trans em geral, visto que em 2021 o Brasil seguiu sem qualquer ação do estado para enfrentar a violência transfóbica; permaneceu como o que mais assassina pessoas trans do mundo pelo 13º ano consecutivo. (ANTRA, 2021, sem paginação).

No Brasil, os corpos trans enfrentam um dos cenários mais perigosos do mundo, conforme aponta o Dossiê ANTRA de 2022. A cada 48 horas, uma travesti ou mulher transexual é assassinada no país, com cerca de 70% das vítimas entre 16 e 29 anos, contribuindo para a menor expectativa de vida da população trans no mundo. Essa realidade pode ser compreendida a partir dos elementos apresentados no capítulo, sobre a ditadura civil-militar que tratou a questão da sexualidade como questão de segurança nacional, reprimindo afetos, desejos e sexualidades dissidentes. Esse passado histórico, somado à impunidade, gerou consequências graves para a população LGBTI+, com as mortes violentas apresentadas nas estatísticas atuais sendo apenas uma parte dessas consequências.

Essa ponte entre o período da ditadura civil-militar e o tempo presente estabelece relações sobre as violências práticas contra os corpos dissidentes e suas formas de resistir. A política sexual da ditadura disfarçada pela defesa da moral de dos bons costumes, apresenta seus vestígios nas patrulhas morais atuais que têm potencializado discursos de ódio com

disfarces parecidos, em nome da família e de valores de uma religiosidade conservadora cristã.

Apesar de serem de momentos históricos diferentes, as características são semelhantes. Em tempos de perseguições e repressões organizadas pelo Estado, os corpos dissidentes resistiram de várias formas, seja pela coragem de inúmeras mulheres trans que resistiram a prisões arbitrárias, seja pela institucionalização de movimentos abertamente homossexuais liderados por gays e outros liderados por lésbicas.

Destacar alguns passos do movimento LGBTI+ brasileiro no contexto da ditadura faz parte de um esforço para que a "moral e os bons costumes" não tenham a mesma dimensão que tiveram no passado.

O controle dos corpos, desejos, afetos, sexualidades encontrou a resistência de corpos que desejam existir em dissidências, escapando de diversas maneiras ao longo do governo civil-militar. Vivemos hoje em um outro milênio, que busca expandir as possibilidades de existir no mundo e buscam cada vez mais espaço. Para além da sigla representada pelas letras, o movimento LGBTI+ inclui hoje inúmeras possibilidades, graças aos corpos que decidiram lutar e resistir ao longo da história.

A coragem que encontraram travestis, lésbicas, gays e bissexuais para afirmarem no passado que desejavam existir em suas diversidades, foi fundamental para a consolidação do movimento LGBTI+ como o conhecemos hoje. Durante o período de redemocratização, a consolidação e expansão de diversos grupos que lutavam pela garantia de direitos e respeito às suas diversidades foi fundamental para a busca de visibilidade. Nesse sentido, o campo da educação se mostrou um importante caminho para que isso ocorresse.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, foi delineada um recorte de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória, oferecido pela UEMS, Unidade de Campo Grande. O objetivo principal da dissertação foi investigar as relações dissidentes de sexualidade no ensino de História, com foco na constituição histórica da normatividade heterossexual e sua validação no espaço escolar, assim como investigar caminhos possíveis para estabelecer as discussões sobre a temática no ambiente escolar.

O recorte apresentado é o do Capítulo 1, que retrocede no tempo, a partir do período da ditadura civil-militar, para delinear aspectos de uma matriz conservadora que impulsionou no passado uma série de violências contra as pessoas LGBTI+ e que continua no presente sendo acionada para perseguir e ferir direitos e conquistas dessas pessoas. Essa caminhada histórica buscou estabelecer uma correlação entre a agência do movimento LGBTI+ brasileiro e o surgimento das abordagens sobre as questões de gênero e sexualidade na educação básica, a partir da sua organização e resistência no período da ditadura civil-militar e nos anos seguintes.

Durante minha jornada como professor e estudante, testemunhei várias situações de preconceito e discriminação contra corpos que se desviam das normas heterossexuais. Essas experiências reforçaram a necessidade de investigar e buscar formas de reverter essas situações por meio do ensino de História. Foi também destacada a naturalização da discriminação e da violência contra esses corpos, que contribui para a cruel realidade de que o Brasil é o país que mais mata pessoas transgênero.

A dissertação se baseou no pressuposto de que existe uma naturalização que associa o corpo biológico à sexualidade, desconsiderando sua dimensão cultural e histórica. Para desnaturalizar as violências contra aqueles que são considerados "outros" e reconhecer os corpos dissidentes de gênero e sexualidade como dignos de respeito e valorização, é necessário um esforço conjunto de diversos setores sociais.

Destaca-se a mobilização crescente de grupos da comunidade LGBTI+ em busca do reconhecimento da legitimidade de suas diferenças e da inclusão dessas questões no campo da educação.

Em suma, o desenvolvimento dos capítulos busca concluir que a matriz conservadora que impulsionou violências contra pessoas LGBTI+ no passado continua presente e atuante no presente. No entanto, a resistência e a agência do movimento LGBTI+ brasileiro têm sido fundamentais para combater essa matriz e promover a inclusão e o respeito à diversidade sexual. O surgimento das abordagens sobre gênero e sexualidade na educação básica é um reflexo dessa luta e da busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Este trabalho contribui para ampliar o debate sobre as questões de gênero e sexualidade no ensino de História, destacando a importância de uma educação inclusiva e respeitosa com a diversidade. É fundamental que educadores estejam preparados para abordar essas temáticas de forma sensível e consciente, promovendo a transformação social e o respeito aos direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José d' Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escola do tema ao quadro teórico**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BENEVIDES, Bruna G. (org). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudo Feministas**, Florianópolis, vol. 19, n. 2, p. 549-559, maio/agosto. 2011.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório CNV. Brasília: CNV, 2014.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. In: Green JN, Quinalha R, Caetano M, Fernandes M, organizadores. **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 91-120.

GALEANO, Eduardo. **As Palavras Andantes**. São Paulo: L&PM, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: Green JN, Quinalha R, Caetano M, Fernandes M, organizadores. **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 63-78.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Homofobia: identificar e prevenir**. 2. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MCRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In: Green JN, Quinalha R, Caetano M, Fernandes M, organizadores. **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 39-62.

MOTT, Luiz. O Imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. In: Green JN, Quinalha R, Caetano M, Fernandes M, organizadores. **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 211-226.

OCANHA, Rafael Freitas. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: Green JN, Quinalha R, Caetano M, Fernandes M, organizadores. **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 79-90.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott**. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.



QUINALHA, Renan. **Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro.** In: Green JN, Quinalha R, Caetano M, Fernandes M, organizadores. **História do movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2018. p. 15-38.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Comissão da Verdade do Rio.** Relatório. Rio de Janeiro: CEV Rio, 2015.

RODRIGUES, Jorge Caê. A imprensa gay do Brasil. In: Green JN, Quinalha R, Caetano M, Fernandes M, organizadores. **História do movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2018. p. 237-254.

ROSA, Paulo Ricardo da Silva. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa em Ensino.** Campo Grande: UFMS, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Comissão Estadual da Verdade de São Paulo Rubens Paiva.** Relatório. São Paulo: ALESP, 2015.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TREVISAN, João Silvério. Somos o quê mesmo. In: Green JN, Quinalha R, Caetano M, Fernandes M, organizadores. **História do movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2018. p. 157-176.

VIEIRA, Helena; FRACCAROLI, Yuri. Violência e dissidências: um breve olhar às experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos da democracia. In: Green JN, Quinalha R, Caetano M, Fernandes M, organizadores. **História do movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2018. p. 357-378.